TÍTULO

**Autor**

*Instituição*

**RESUMO**

Texto do resumo na Fonte Calibri e tamanho 10 pt.

**Palavras-chave**: Palavras na Fonte Calibri e tamanho 10 pt. As palavras deve ser separadas por vígulas.

**ABSTRACT**

Text of abstract in source Calibri and size 10 pt. The abstract can be English, French or Spanish.

**Keywords:** Words in source Calibri and size 10 pt. The abstract can be English, French or Spanish.

**INTRODUÇÃO**

Texto alinhado a esquerda na Fonte Calibri e tamanho 11 pt, espaçamento entre as alinhas simples e espaçamento deposi do parágrafo de 6 pt.

Citações com mais de 4 linhas devem seguir o modelo abaixo:

É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior. (CONSTITUIÇÃO, 1934, 113, §17).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As Figuras e Tabelas devem ser citadas ao longo do texto e devem vir logo abaixo de onde são citadas

**REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no nordeste. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. A questão do território no Brasil. São Paulo, Recife: Hucitec, IPESPE, 1995.

ALBUQUERQUE, Marcos Prado de. Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. In O direito agrário na Constituição. (org). Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. Segredos íntimos: a gestão dos assentamentos de reforma agrária. Fortaleza: UFC, 2000.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará. Fortaleza: PPGS/DCSF/ UFC, 2005.

BARQUETE, Paulo Roberto Forte. Assentamentos rurais em áreas de reforma agrária no ceará: miséria ou prosperidade? O caso Santana. 1995. 157p. Dissertação (mestrado em economia agrícola) – faculdade de economia agrícola, UFC, 1995.

CAVALCANTE, José Luiz. A lei de terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do estado sobre a terra, 2005. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br. Acesso em 15/08/2008.

CLEMENTE, Andréa Grotti. Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, 2005. Disponível em: www.escola.agu.gov.br. Acesso em 23/09/2008.

COSTA, Hélio Roberto Nóvoa. Abordagem constitucional da reforma agrária. Revista do direito agrário, Brasília, a. 16, n. 14, 2° semestre/2000.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A judiciarização da luta pela reforma agrária. In Violências no tempo da globalização. SANTOS, José Vicente Tavares (Org.) São Paulo: Hucitec, 1999

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LOPES, Jecson Girão. Assentamento de reforma agrária no Brasil e no Ceara. Rio de Janeiro: Ponto da Cultura, 2010.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LERRER, Débora. Reforma agrária: os caminhos do impasse. São Paulo: Garçoni, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Tradução de Olívia Bauduh. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. O cativeiro da terra. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Não há terra para plantar nesse verão. Petrópolis: vozes, 1986.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1998. NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Desapropriação para fins de reforma agrária. In Revista ESMAFE – Escola de Magistratura Federal da 5ª Região, nº 04 – Recife/PE: TRF 5ª Região, 2002.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. A contra-reforma agrária do banco mundial e os camponeses no Ceará – Brasil. São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O campo brasileiro no final dos anos 80. In STÉDILE, João Pedro. (org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, 1994.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Dossiê Desenvolvimento Rural. USP. Instituto de Estudos Avançados, v. 15, n. 43, set./dez. 2001, pp. 155-196.

PRADO JUNIOR, Caio. A Questão Agrária no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SALLES, José Carlos de Morais. A Desapropriação à Luz da Doutrina e da Jurisprudência. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

SANTOS, Milton, A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Weliton Militão. Desapropriação, reforma agrária e meio ambiente: aspectos substanciais e procedimentos- reflexo no Direito Penal. Belo Horizonte, 2001.

SILVA, José Gomes da. A Reforma Agrária Brasileira na Virada do Milênio.- Campinas-SP: ABRA, 1996.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária e o MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; GORGEN, S.A. A luta pela terra no Brasil. São Paulo: Scritta, 1993.

BRASIL. Lei n° 4.504, de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, 1964.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Constituição da República do Brasil. Brasília, DF, 1988.

IBGE. Censo Agropecuário 1995 – 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

INSTITUTO Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Estatuto da Terra: Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, Brasília.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Reforma Agrária. Decreto: n° 91.766 de 10 de Outubro, Mirad/Incra. Brasília, 1985.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Plano Regional de Reforma Agrária do Estado do Ce¬ará - PRRA: Decreto no 92.617 de 02 de maio de 1986, Brasília.

MDA. Portaria MDA/Nº 80, de 24 de Abril de 2002. Disponível em: www.cna.org.br. Acesso em 15/07/2008.

Contato com o autor: em@il do autor principal

Recebido em: xx/xx/20xx

Aprovado em: xx/xx/20xx